

Equipe econômica já sabe comunicar

Otávio Veríssimo

A equipe econômica demonstrou ao longo das duas últimas semanas que aprendeu, em pouco mais de 100 dias de Governo, a utilizar os meios de comunicação em seu favor, passando de uma posição de defesa para o ataque e conquistando, assim, importante espaço para atuar sobre as expectativas dos agentes econômicos. O objetivo dessa mudança de atitude nada mais é do que quebrar a resistência de setores cuja ação econômica tem se caracterizado pela remarcação preventiva de preços, segundo critérios meramente especulativos.

Exemplos dessa mudança de atitude da equipe econômica puderam ser observados desde o início da semana passada, quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, utilizou-se de dados relativos à quarta semana de junho, coletados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe), para fazer um exercício cujo o objetivo era demonstrar a tendência de queda dos preços.

"Se apanharmos os números da Fipe e projetá-los ao longo do mês, chegaremos a uma inflação de aproximadamente 6% em agosto", disse a ministra sem dar muita importância ao fato de que suas palavras fossem entendidas como uma previsão de inflação.

A declaração da ministra repercutiu e com isto o Governo conseguiu desviar temporariamente as atenções que estavam voltadas para a inflação deste mês, que a própria equipe econômica já admite informalmente deverá situar-se entre 9% e 12%. Com o exercício matemático, Zélia ganhou tempo e pode preparar com seus assessores outra cartada decisiva para o combate à inflação. Essa cartada foi posta na mesa na quarta-feira passada com a apresentação da revisão das contas públicas. O objetivo foi demonstrar à sociedade que o Governo está fazendo a sua parte e cortando gestos.

Mercadologicamente a situação que se apresentava na quarta-feira passada era basicamente a mesma verificada quando da divulgação dos 3,29% de inflação em abril. O Governo anunciara logo nos primeiros dias do plano de estabilização que sua meta era conseguir um superávit operacional de 2% do PIB ainda este ano. Fechadas as contas depois de uma revisão criteriosa do Orçamento Geral da União, o resultado pretendido não se confirmou. O esforço só será capaz de produzir 1,2% de superávit. O que fazer?

A resposta, evidentemente, foi minimizar a importância do resultado final e valorizar o esforço fiscal valendo-se inclusive da história econômica recente para demonstrar to-

da a magnitude do ajuste feito nas contas públicas.

Estratégia

Definida a linha de ação, passou-se a divulgação propriamente dita. A experiência bem sucedida de divulgação da nova política industrial e de comércio exterior foi repetida, acrescentando-se dois novos ingredientes: caberia à ministra tomar a iniciativa e receber um pequeno grupo de jornalistas para um café-da-manhã, antecipando-lhes detalhes da entrevista concedida às 10h30, na televisão; e toda a equipe econômica destinaria o expediente da quarta-feira para atender a imprensa e esclarecer dúvidas.

Estabeleceu-se, com esses novos procedimentos, um clima de cordialidade propício ao trabalho de divulgação pretendido pelo Governo. Nas entrevistas que se sucederam não houve a mínima "alfinetada" e a equipe econômica pode expor os novos números do orçamento deste ano como bem entendeu.

No Ministério da Economia, após a entrevista da ministra na televisão, o secretário-executivo, Eduardo Teixeira, e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, deram o toque final.

Kandir e Teixeira desfiaram um autêntico rosário de dados estatísticos, detalharam a evolução das receitas tributárias e o corte nas despesas e arremataram: "Se verificarmos os principais ajustes fiscais ao longo da história, o que mais se aproximou deste que estamos realizando foi o ocorrido na Itália, em 1947. Em termos de Brasil, o que mais significativo até agora fora o ajuste ocorrido em 1983, que chegou a apenas 3,1% do PIB".

Kandir procurou ser mais didático ainda ao explicar a importância do ajuste fiscal e a sua consistência com o plano de estabilização. Segundo ele, a principal função do plano foi permitir que o Governo recuperasse os instrumentos necessários para se fazer política econômica. "Nesse contexto o esforço fiscal cria condições para que se possa exercer o controle sobre a expansão da base monetária e, conseqüentemente, sobre a demanda", disse. "Por outro lado, há a nova política industrial e de comércio exterior que permite ajustar a oferta".

Segundo Kandir, não é possível prever exatamente qual será o nível de recessão que está embutido no plano de estabilização, porque tudo depende do comportamento dos agentes econômicos. "O que é certo é que o tamanho da recessão será diretamente proporcional à extensão do comportamento especulativo e preventivo dos agentes", explicou. "Por isso, quanto mais rápido os agentes perceberem que a demanda pode se comportar de forma contracionista, menores serão os custos sociais.